



portalbenews.com.br

CONGRESSO Comissão do Senado aprova repasse de 1,5% das receitas de portos a municípios ▶ **p3**

COMÉRCIO EXTERIOR Proex é ampliado e passa a permitir financiamento pré-embarque de exportações ▶ **p4**

Reprodução/Governo Federal



Lula sanciona Mover e taxação sobre compras internacionais até US\$ 50

Programa Mobilidade Verde e Inovação destina R\$ 19,3 bilhões em créditos financeiros à indústria automotiva entre 2024 e 2028 ▶ **p3**

Divulgação/Portos do Paraná



Portos paranaenses têm alta de 14% nas importações de janeiro a maio ▶ **p6**

EM PORTUGAL Governador de SP apresenta projetos a executivos e investidores de infraestrutura ▶ **HUB**

ABEPH Juristas e especialistas debatem sobre a revisão do marco legal portuário ▶ **p5**

NORDESTE Gol realiza voo inaugural da rota ligando Fortaleza a Orlando, nos Estados Unidos ▶ **p6**

EDITORIAL

Justiça social e desenvolvimento regional

Um importante passo em direção à justiça social e ao desenvolvimento regional foi dado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com a aprovação do projeto de lei que prevê o repasse de 1,5% das receitas de portos para municípios próximos. Essa iniciativa, defendida pelo senador Flávio Arns (PSB-PR), busca amenizar os impactos negativos da atividade portuária sobre as cidades que a abrigam, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

É crucial reconhecer que, por trás do grandioso movimento de navios e da movimentação de cargas que caracterizam os portos, existem comunidades que muitas vezes arcam com os ônus dessa atividade. A poluição do ar e das águas, o impacto no turismo e na pesca, além de outros transtornos, configuram um cenário de desigualdade que precisa ser urgentemente corrigido.

A proposta de repasse de 1,5% das receitas portuárias aos municípios surge como um instrumento importante para garantir que as cidades portuárias também participem de mais benefícios criados pela atividade - além dos empregos e da riqueza já gerados. Essa medida permitirá que os recursos sejam destinados à mitigação dos impactos negativos e à promoção de ações que beneficiem diretamente a população local, como investimentos em infraestrutura, educação e saúde.

Vale destacar que o projeto de lei foi aprovado de forma responsável, assegurando que a cobrança seja realizada apenas às concessionárias que apresentem superávits, não onerando os portos e preservando sua competitividade.

O repasse de receitas portuárias para municípios próximos representa ainda um marco na busca por um desenvolvimento regional mais justo e sustentável. Essa iniciativa demonstra que o Senado Federal está atento às demandas das comunidades que vivem em áreas portuárias e comprometido com a construção de um futuro mais próspero para essas localidades.

Ao aprovar este projeto de lei, o Senado dá um passo importante para garantir que os benefícios da atividade portuária sejam compartilhados de forma justa, promovendo o desenvolvimento regional e a qualidade de vida da população que vive em áreas portuárias. Essa é uma medida que pode até servir de modelo para outras atividades econômicas, inspirando ações que promovam a justiça social e o desenvolvimento sustentável em todo o território nacional.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 3 Lula sanciona Mover e taxação sobre compras internacionais até US\$ 50

HUB

- 3 Governador de SP apresenta projetos a executivos e investidores de infraestrutura

NACIONAL

- 3 Senado aprova repasse de 1,5% das receitas de portos a municípios
- 4 Proex é ampliado e passa a permitir financiamento pré-embarque de exportações

- 5 AbepH promove debate sobre a revisão do marco legal portuário

REGIÃO SUL

- 6 Portos paranaenses têm alta de 14% nas importações de janeiro a maio

REGIÃO NORDESTE

- 6 Gol realiza voo inaugural da rota Fortaleza-Orlando



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas
Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebeneews.com.br

Terminais 1

A diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) confirmou a realização da licitação para arrendamento de quatro terminais portuários: três deles no complexo marítimo de Recife (PE) - REC08, REC09 e REC10 - e um no de Rio Grande (RS) - RIG10. Essas unidades seriam licitadas no leilão agendado para 23 de maio, que acabou adiado para agosto deste ano, devido ao estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, causado pelas fortes chuvas que inundaram todo o estado.

Terminais 2

O leilão de 23 de maio também teria a licitação dos terminais REC04, em Recife, e do RDJ06, no Porto do Rio de Janeiro (RJ). A oferta dessas áreas ainda não foi reagendada, mas há a expectativa de que o RDJ06 seja inserido na sessão de agosto junto com os outros quatro.

Em Portugal

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se reuniu na quinta-feira (27) com executivos e investidores de infraestrutura global em Portugal. O objetivo do encontro, realizado em Lisboa, foi apresentar oportunidades de negócios no estado.

Reuniões

A comitiva liderada pelo governador se reuniu primeiro com o grupo Mota-Engil, que possui investimentos nas áreas de infraestrutura, energia, transportes, mineração, entre outros, em três continentes. O encontro seguinte foi com executivos do Grupo Brisa, que atua principalmente no setor de infraestrutura de mobilidade.

Relatório

A Santos Brasil divulgou a 18ª edição de seu Relatório de Sustentabilidade. O documento, relativo ao ano de 2023, contempla todas as unidades operacionais, com apresentação consolidada dos resultados econômico-financeiros e dados auditados. O relatório está disponível para leitura e download no site da operadora logística e portuária.

Resultados

De acordo com o relatório, a Santos Brasil registrou em 2023 um aumento de 23,5% na margem EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Com esse resultado, a empresa atingiu o valor histórico de R\$ 1 bilhão e a superação de todas as metas ambientais previstas para 2024. Em comparação com o ano base de 2020, a Santos Brasil reduziu em 36% as emissões de gases do efeito estufa, em 41% o consumo de água e em 50% a geração de resíduos.

Lula sanciona Mover e taxação sobre compras internacionais até US\$ 50

Programa Mobilidade Verde e Inovação destina R\$ 19,3 bilhões em créditos financeiros à indústria automotiva entre 2024 e 2028

Ricardo Stuckert/PR

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou o projeto de lei que institui o Programa Mover, destinado a incentivar a indústria automotiva. O texto também estabelece a taxação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50 (pouco mais de R\$ 250).

A medida foi oficializada durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão) na quinta-feira (27). O Programa Mobilidade Verde e Inovação destina R\$ 19,3 bilhões em créditos financeiros à indústria automotiva entre 2024 e 2028 para abatimento de impostos federais em troca de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e descarbonização da frota de veículos brasileira.

Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, pasta que encabeçou o Mover, espera que o programa reduza a ociosidade da indústria brasileira e estimule um maior interesse de investimentos da iniciativa privada no país.

“O Mover vem ao encontro desses desses objetivos, estimular investimento, uma me-



A sanção do programa Mover e da taxação sobre compras internacionais foi oficializada durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão)

lhor competitividade e a descarbonização”, disse Alckmin.

Desde dezembro de 2023, o Governo tem negociado com o Legislativo a tramitação do Programa Mover. Inicialmente proposto como Medida Provisória (MP), os parlamentares não se mobilizaram para avançar com o texto. Diante disso, o Executivo precisou mudar de estratégia e enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei com urgência constitucional.

Durante a tramitação imposta pela União, os deputados incluíram no projeto a taxação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, revogando a isenção anteriormente proporcionada pelo Programa

Remessa do Governo. As compras entre US\$ 50 e US\$3 mil permanecerão sujeitas a uma alíquota de 60%, com um desconto de US\$ 20.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou que várias leis foram aprimoradas democraticamente em conversas com o Congresso Nacional, sem nenhuma imposição de agenda e que nenhum projeto saiu como entrou no parlamento.

“O Congresso Nacional aprovou inúmeras medidas de apoio ao equilíbrio fiscal, focadas na recomposição da receita. Isso é outro ponto de desequilíbrio interpretativo que vem sendo feito ao longo dos

últimos meses. Não houve aumento da carga tributária, criação de novos impostos ou elevação de alíquotas; o que foi realizado foi a correção de desequilíbrios fiscais e renúncias”, detalhou Haddad.

O Conselho assessorou o presidente da República em setores como agronegócio, infraestrutura, indústrias e outros fomentadores do crescimento econômico. Durante o evento, foi entregue ao presidente um relatório sobre a regulamentação da reforma tributária, que deverá ser votada pelo Congresso Nacional antes do recesso parlamentar em julho, além de ter decretado a Estratégia Nacional de Economia Circular.

Senado aprova repasse de 1,5% das receitas de portos a municípios

Cobrança será feita às concessionárias para compensar possíveis danos causados pela atividade portuária no local

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redebeneews.com.br

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o repasse de 1,5% das receitas de portos a municípios próximos. A cobrança será feita às concessionárias para compensar possíveis danos causados pela atividade portuária no local.

O projeto de lei 2.613/

2022 só permite essa cobrança a concessionárias que tiverem superávits. O texto é do senador Flavio Arns (PSB-PR) e foi relatado na CAE pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

Porém, os municípios só poderão cobrar as taxas após a aprovação de uma lei estadual que regulamente o uso e os critérios de distribuição dos recursos arrecadados.

“A matéria é bastante simples e é meramente autorizati-

va. Não cria nenhuma despesa para os portos”, apontou o senador Oriovisto.

Atualmente, existe a permissão dos recursos recebidos em troca de concessões nas rodovias que dão acesso ao porto e as localidades que abrigam as instalações portuárias.

Mas Flávio Arns, afirma que é importante modificar a legislação para compensar os danos causados pela atividade portuária. Segundo ele, a pesca e o turismo das áreas e localidades

próximas estão entre as atividades que são impactadas com a atividade portuária.

“Além dos impactos ambientais diretos, como maior poluição do ar e das águas, afeta-se também todo o ecossistema marinho da região”, defendeu o senador.

O texto foi aprovado em caráter terminativo na Comissão. Por isso pode ser encaminhado diretamente para a Câmara dos Deputados sem passar pela análise do Plenário do Senado.

NACIONAL

Proex é ampliado e passa a permitir financiamento pré-embarque de exportações

Aprovada pelo CMN, iniciativa autoriza empresas exportadoras brasileiras a financiar suas vendas ao exterior até seis meses antes do embarque

Da Redação
redacao.jornal@redeneews.com.br

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quarta-feira (26) a ampliação do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), permitindo que empresas exportadoras brasileiras financiem suas vendas ao exterior até seis meses antes do embarque. Com essa medida, o financiamento pré-embarque será viabilizado, contrastando com o modelo atual, no qual o crédito só é liberado após a comprovação do embarque das mercadorias ou do faturamento dos serviços.

Com a nova regulamenta-

ção, o desembolso poderá ser realizado até 180 dias antes da exportação, que deverá ser comprovada em um prazo de até 15 dias a partir da data prevista no cronograma aprovado. A partir dessa comprovação, o financiamento começará a vigorar no momento do desembolso, e não na data de exportação.

O Ministério da Fazenda explicou, em nota, que esse tipo de financiamento beneficiará empresas que possuem acesso limitado a outras fontes de crédito antes do embarque. Contudo, exportações já cobertas por outros tipos de financiamento ou adiantamentos não poderão usufruir do financiamento pré-embarque do Proex.

A medida estabelece que, caso a exportação não ocorra até a data prevista, ou se os bens



Divulgação

De acordo com o Ministério da Fazenda, esse tipo de financiamento vai beneficiar empresas que possuem acesso limitado a outras fontes de crédito antes do embarque

ou serviços exportados não forem fabricados ou prestados pelo exportador, ou ainda, se os

documentos exigidos não forem apresentados ou forem falsos, o financiamento será sus-

penso, obrigando o exportador a reembolsar os valores corrigidos à União. Além disso, se a descaracterização das operações ultrapassar 15% do montante total, o exportador ficará impedido de contratar novos financiamentos com o Proex por um período de cinco anos.

O Ministério da Fazenda ressalta que o financiamento pré-embarque não aumentará as despesas do Tesouro Nacional, uma vez que os recursos serão provenientes dos valores já previstos no Orçamento Geral da União para o Proex Financiamento.

O Proex, criado em 2001, tem como objetivo apoiar as exportações brasileiras de bens e serviços, promovendo financiamentos em condições equivalentes às praticadas no mercado internacional.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV

Abeph promove debate sobre a revisão do marco legal portuário

Mesa-redonda com a participação de juristas fez parte da programação da Assembleia Geral itinerante realizada pela entidade



Divulgação

O debate teve a participação dos juristas Douglas Alencar e Celso Peel e foi conduzido pela secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos, Gabriela Costa

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidro-

viárias (Abeph) promoveu na quarta e na quinta-feira (26 e 27) a segunda edição de sua Assembleia Geral em formato itinerante. Dessa vez, a sede foi a cidade do Rio de Janeiro. Como parte da programação do evento, foi realizado na quinta-feira um debate cujo tema principal a revisão do marco legal portuário, atualmente em discussão no

Congresso Nacional.

A mesa-redonda teve a participação do ministro Douglas Alencar, do TST (Tribunal Superior do Trabalho), e do desembargador Celso Peel, do TRT (Tribunal Regional do Trabalho). Alencar e Peel são, respectivamente, presidente e relator da comissão de juristas responsável por elaborar a proposta de revisão das leis do setor.

Segundo o presidente da Abeph, Luiz Fernando Garcia, a importância de se debater esse assunto foi refletida pelo interesse da plateia presente no auditório do Centro Cultural Banco do Brasil, no centro do Rio.

“Aqui estiveram trabalhadores, as empresas, os órgãos anuentes. Então, todos querendo entender um pouco mais e tendo a oportunidade também de falar diretamente para essa comissão”, disse Garcia, que também preside a Portos do Paraná, Autoridade Portuária que administra os portos de Paraguá e Antonina.

Também participam da mesa-redonda o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; a presidente da Comissão Nacional de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Pernambuco, Ingrid Zanella; e Godofredo Mendes Vianna, presidente da Comissão de Direito Marítimo,

Portuário e do Mar da OAB do Rio de Janeiro. O debate teve como mediadora a secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos, Gabriela Costa.

“Esta é uma oportunidade ímpar, a de estar podendo debater a revisão do marco legal e trazer um pouco da visão de quem sente as dores e está na vivência, no comando dos portos”, disse Gilmar Temóteo, diretora-executiva da Abeph e presidente do Conselho Feminino do Brasil Export.

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, acompanhou a mesa-redonda. Ao se pronunciar sobre o evento, destacou o alto nível do debate e parabenizou a Abeph pela iniciativa.

“Muito importante iniciativa liderada pelo presidente da associação, Luiz Fernando Garcia, e pela diretora-executiva, Gilmar Temóteo. O ministro do TST Douglas Alencar acom-

panhou as observações dos profissionais do segmento e contribuiu com sua postura democrática e palavras de união. O Ministério de Portos e Aeroportos foi brilhantemente representado por Gabriela Costa, que, com percepção ímpar e poder de síntese singular, modelou as atividades realizadas no Centro Cultural Banco do Brasil”, declarou.

Assembleia

Na quarta-feira foi realizada a Assembleia Geral com os associados da Abeph. Nessa reunião foram discutidos temas de interesse dos portos públicos do país. Antes do encontro a associação promoveu uma visita técnica ao Porto do Rio de Janeiro.

Para esta sexta-feira (28), fechando a programação, estava prevista uma outra visita técnica, dessa vez às instalações do Terminal Portuário de Angra dos Reis (TPAR).

Divulgação



O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, foi um dos participantes da mesa-redonda sobre o marco legal portuário, realizada no auditório do Centro Cultural Banco do Brasil



Da esquerda para a direita: o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, a diretora-executiva da Abeph, Gilmar Temóteo, e o presidente da associação, Luiz Fernando Garcia

REGIÃO SUL

Portos paranaenses têm alta de 14% nas importações de janeiro a maio

Segmentos de trigo, malte e contêineres foram destaques no período, segundo a Portos do Paraná

Divulgação/Portos do Paraná

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebnews.com.br

Nos primeiros cinco meses do ano, os portos paranaenses registraram um aumento na movimentação de cargas para importação. Conforme os dados divulgados pela Portos do Paraná, os portos do estado tiveram crescimento de 14% em relação ao mesmo período do ano passado.

De janeiro a maio, a movimentação foi de 10.335.801 toneladas de cargas, superando a marca de 9.074.119 toneladas do ano passado.

Entre as commodities que mais cresceram nesse período está o trigo. Com aumento de 28% na movimentação, o produto passou de 134.607 toneladas no ano passado para 171.849 toneladas este ano. O principal responsável por este crescimento foi a baixa qualidade do produto colhido no País



De janeiro a maio deste ano, a movimentação nos portos paranaenses foi de 10.335.801 toneladas de cargas, superando a marca de 9.074.119 toneladas registrada em 2023

na última safra.

“O crescimento na importação mostra que temos estrutura e logística eficientes para operar estas cargas e atender a demanda de mercado”, comentou o

diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Outra carga de destaque foi o malte, produzido através da cevada. A importação do produto passou de 215.906

toneladas no ano passado para 227.357 toneladas neste ano, registrando uma alta de 5%.

Os contêineres também cresceram em movimentação, passando de 231.269 TEU (me-

tida para 20 pés de comprimento de contêiner) para 320.054 TEU, aumento de 38%. Os eletroeletrônicos, químicos e automotivos foram as cargas responsáveis por este aumento na importação dos contêineres. “As estratégias logísticas permitem uma maior movimentação de cargas e agilidade na atracação e desatracação dos navios, mantendo a eficiência e aumentando a produtividade”, disse o diretor de Operações, Gabriel Vieira.

Fertilizantes

Os fertilizantes apresentaram estabilidade na movimentação do período, sendo 3.924.545 toneladas, em 2023, para 3.903.832 toneladas este ano (-1%).

O Paraná segue sendo a principal porta de entrada da commodity no Brasil. Atualmente, a capacidade estática de armazenagem passa de 3,5 milhões de toneladas de fertilizantes.

REGIÃO NORDESTE

Gol realiza voo inaugural da rota Fortaleza-Orlando

Companhia disponibiliza um voo semanal direto saindo do Fortaleza Airport para a cidade norte-americana, reforçando oferta internacional no Ceará

Divulgação/Gol

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

A Gol Linhas Aéreas retomou na quinta-feira (27) seu voo direto entre Fortaleza, no Ceará, e Orlando, no estado da Flórida, nos Estados Unidos. A frequência é semanal, sempre às quintas-feiras.

Para celebrar o retorno dessa rota importante para o turismo nordestino, uma faixa foi colocada no embarque no Fortaleza Airport, em evento que contou com a presença da secretária de Turismo do Ceará, Yrwana Albuquerque, entre outras autoridades.

“O início dessa nova ope-

ração internacional no Ceará contribui fortemente com o turismo, a economia e a competitividade logística não só do Ceará, mas de todo o Nordeste

brasileiro, região onde a Gol é a principal operadora internacional, com mais de 110 mil assentos internacionais planejados para sete cidades nordestinas”,

destacou Bruno Balan, gerente de Planejamento de Malha Aérea da Gol.

Ainda segundo Bruno, a rota vai facilitar o deslocamen-

Todos os voos da rota Fortaleza-Orlando são operados em modelos Boeing 737 MAX 8, aeronave mais sustentável da frota da Gol, que tem capacidade para 176 passageiros



to de passageiros do Ceará e estados vizinhos “que embarcam rumo à Capital Mundial da Diversão, assim como de americanos e outros cidadãos da América do Norte com destino a essa consagrada região turística e de negócios no País. No total consolidamos cinco decolagens semanais internacionais em Fortaleza, três semanais para a Flórida e dois para Buenos Aires, na Argentina”.

Todos os voos da rota Fortaleza-Orlando são operados em modelos Boeing 737 MAX 8, aeronave mais sustentável da frota da Gol, que em configuração internacional tem capacidade para 176 passageiros.